

## HISTÓRIA DE CAMPINAS NA UNIVERSIDADE

### Análise da Produção Acadêmica de 1990 - 2005

Sulamita RIBAS\*  
João Miguel T. de GODOY\*\*

#### RESUMO

*Levantamento preliminar e comentários sobre produção historiográfica a respeito de aspectos das relações escravistas em Campinas e região.*

*Palavras chaves: Campinas, historiografia, história.*

#### SUMMARY

*Preliminary survey and commentaries on historiográfica production regarding aspects of the escravistas relations in Campinas and region.*

*Words keys: Campinas, historiografia, history.*

#### Introdução

Depois de 1970 houve um crescimento da produção de teses e livros acadêmicos causados pelo aumento de cursos de pós-graduação no Brasil. A mudança foi tanto quantitativa como temática dirigindo-se mais para assuntos brasileiros devido à extinção das cátedras. Assim, nos últimos anos tivemos uma diversificação na produção universitária brasileira. A partir desta constatação pretendemos descobrir o específico desta produção acadêmica nas universidades paulistas. Nesse sentido, o primeiro objetivo nesta pesquisa foi dimensionar a

produção de teses acadêmicas sobre Campinas nas universidades paulistas. Entretanto, um volume considerável trouxe a necessidade de afinar o estudo por temáticas e focalizar nas teses relativas à escravidão, pelo menos nesta primeira etapa. O trabalho está dividido em séries temáticas: a primeira sobre a família escrava, a segunda sobre o processo de liberdade, a terceira sobre a escravidão urbana, a quarta sobre rebelião escrava. Nestas séries estão os resumos das obras e alguns apontamentos críticos, porém no sexto capítulo se encontra uma análise geral sobre as tendências descobertas durante o estudo.

\* Aluna do Curso de História da PUC-Campinas e bolsista de Iniciação Científica.

\*\* Professor da Faculdade de História PUC-Campinas.

O livro *A Escravidão Reabilitada*<sup>1</sup>, de Jacob Gorender, traça uma análise desde o princípio da historiografia sobre escravidão no Brasil e as influências decorrentes da Europa e EUA que ajuda a elucidar questões desta temática. A obra de Ronaldo Vainfas, *Os Protagonistas da História*<sup>2</sup> dissecar nos mínimos detalhes as “novas tendências” da História explicando o que é micro-história, visto que no Brasil esta abordagem sempre sou confusa em relação à Nova História e à História das Mentalidades. Deste modo o livro ajuda a compreender as obras que se propõe a fazer um estudo deste caráter. Com Ciro Flamarion Cardoso, em *Uma Introdução à História*<sup>3</sup> encontramos suporte para construir os resumos através de questões suscitadas pelo autor. Assim procuramos valorizar os enfoques dos autores, suas hipóteses, como são construídas as relações entre os fatos, o uso de dados quantitativos e comparações com realidades mais abrangentes.

Resolver para si mesmo a problemática de como conduzir uma pesquisa historiográfica é uma tarefa complexa que suscita muitas indagações quanto à função do trabalho do historiador e da sua própria concepção de História. Com certeza estas são questões que não se resolvem de imediato e que necessitam de muitas reflexões e conhecimento de sucessivos debates que vêm surgindo na área das Ciências Humanas. Nesse sentido pretendo apenas tecer algumas considerações que julgo serem relevantes, intrigantes e esclarecedoras de dúvidas no caminho desta pesquisa.

O estudo da escravidão em Campinas exige o retorno ao debate historiográfico que envolve principalmente Gilberto Freyre<sup>4</sup> e a Escola Paulista de Sociologia. No Brasil, ainda na década de 1930, Oliveira Vianna, influenciado pelo racismo científico<sup>5</sup>, promulgava a idéia do branqueamento da população, pois entendia que a raça negra era dada a vícios e necessitava ser conduzida sob tutela. Contra esta perspectiva surgiu Gilberto Freyre argumentando contra o racismo e levantando a importância da influência africana

na constituição do povo brasileiro. Entretanto vem embasado em duas teses que mais tarde serão extremamente criticadas: o “patriarcalismo” e a “democracia racial”.<sup>6</sup>

Na década de 1960 os estudos da Escola Paulista de Sociologia se confrontam com as propostas de Freyre. Neste debate entram Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior e Roger Bastide, que questionam o quadro harmonioso descrito por Freyre e afirmam o caráter violento e desumano da escravidão no Brasil. Porém no esforço de se ressaltar o escravo como autônomo no interior do sistema escravista, em recusa do conceito “escravo-coisa”, os trabalhos seguiam no sentido de recuperar a subjetividade do escravo o analisando como “agente voluntário da escravidão”. Assim surge a dicotomia *resistência/acomodação* e, nesse sentido, o ato de resistência já conteria embutida a finalidade da acomodação como forma do escravo “flexibilizar” o regime em benefício próprio<sup>7</sup>. Com a influência da Nova História atrelada ao marxismo, o Brasil conhece o “culturalismo” de Edward Thompson, que integra o materialismo histórico com a tradição cultural. Porém os estudos de Thompson<sup>8</sup> se disseminam nos meios acadêmicos e provocam uma supervalorização dos pleitos judiciais promovidos por escravos, sugerindo uma concepção legalista na sociedade escravocrata.<sup>9</sup> Estas tendências podem ser claramente observadas neste trabalho, pois é grande a influência thompsoniana no que concerne aos estudos sobre escravidão em Campinas.

## Capítulo I - A família escrava

Anna Gicelle G. Alaniz<sup>10</sup> escreveu a obra *Ingênuos e Libertos* (1871-1895) que foi publicada em 1997. A intenção da tese é investigar as estratégias de sobrevivência familiar numa época de transição das legislações referentes à escravidão, período que se inicia em 1871 até 1895. Alaniz engloba neste estudo a família negra, escrava e liberta no contexto das mudanças do século XIX com uma abordagem

<sup>1</sup> GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

<sup>2</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

<sup>3</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

<sup>4</sup> Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1987.

<sup>5</sup> No Brasil, um dos representantes do racismo científico foi Raymundo Nina Rodrigues, um médico mulato, que em 1905 publica a obra *Os Africanos no Brasil*. De acordo com sua concepção positivista a raça negra foi definida como inferior a partir de sólidos critérios científicos.

<sup>6</sup> GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

<sup>7</sup> Idem, p. 26.

<sup>8</sup> Thompson extraiu ilações legalistas do estudo sobre a chamada Lei Negra e suas conseqüências, na Grã-Bretanha do século XVIII. Afirmou que a lei não pode ser mera ideologia mistificadora, máscara da dominação de classe. Ela implica limitações ao arbítrio da classe dominante e pode ser também um terreno para a defesa dos oprimidos. (GORENDER, 1990, P. 27)

<sup>9</sup> Idem, p. 29.

<sup>10</sup> ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *Ingênuos e libertos*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. 107p. Coleção Campiniana, v. 11.

na área da História Social. Suas fontes são as legislações abolicionistas, procurações judiciais de tutela e apreensão, licença de casamento e remoção de tutela da cidade de Campinas e de Itu, pois seu estudo perpassa por estes dois lugares, e o livro de óbito de Campinas. A autora se vale de método comparativo procurando entender globalmente a problemática da família escrava no Brasil e compará-la com a situação específica de Campinas. Utiliza resultados quantitativos visando aumentar a objetividade das conclusões estabelecidas, pois constrói um quadro realista (simplificado), se permitindo em poucas vezes sugerir acontecimentos hipotéticos<sup>11</sup>.

Depois de 1850 houve mudanças na configuração da relação senhor/escravo. A autora demonstra isto fazendo uma análise das leis abolicionistas, concluindo, ainda, que estas não emergiram rapidamente, já estavam sendo amadurecidas muito anteriormente. O conceito “ingênuo” remete ao direito romano, no qual significava livre, o que possivelmente gerou debates legislativos, já que estes estavam até aos oito anos sob a tutela de seu senhor. Depois de completos os oito anos, o senhor teria a opção de receber a indenização do Estado ou de utilizar os serviços do menor até a idade de 21 anos. Dessa forma, Alaniz percebe que devido a equívocos que pudesse causar o conceito, ocorre o desaparecimento da palavra ingênuo nestes debates.

A Lei do Ventre Livre significou apenas uma protelação dos senhores para liberarem a mão-de-obra escrava e uma das suas conseqüências foi a luta das famílias para reaverem seus parentes depois do 13 de maio, pois muitos ingênuos ainda permaneceram sob o jugo do senhor.

Nesse sentido, as estruturas familiares podem ter se tornado um instrumento de sobrevivência psicológica e econômica, pois normalmente todos trabalhavam para manter a família. Este se torna o ponto principal para entender o grande volume de batalhas judiciais para reaver parentes. Contrapondo-se a esta constatação, há também os que encontravam na tutela do senhor uma boa estratégia de sobrevivência, pois pela lei o senhor deveria garantir os meios básicos de sobrevivência para seus tutelados.

O vínculo tutelar pode ter sido uma forma de auxiliar tanto os libertos quanto seus ex-senhores a adaptarem-se à nova ordem estabelecida. Afinal, se os senhores ainda conseguiam manter alguma mão-de-obra, alguns libertos

possuíam uma alternativa de sobrevivência, embora que alguns preferissem negar esta alternativa. Havia uma tendência de continuidade por parte dos senhores quanto à libertação de seus escravos em Campinas, mas também o fator de resistência dos escravos era aplicado para tentar manter unida sua família, o que não era tarefa fácil, pois não só dependia das ações dos cativos e libertos, mas também dos processos jurídicos e da legislação brasileira. Outra característica muito sólida neste trabalho é a consciência das ações dos sujeitos, pois em todo o momento estes reagem em prol de suas causas com clara intenção de seus atos.

Cristiany Miranda Rocha no seu primeiro trabalho sobre famílias escravas: *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX* iniciou sua investigação a partir do diário de um feitor do Sítio São Pedro, que vai de abril de 1878 a maio de 1890, no qual o proprietário era Camilo Xavier Bueno da Silveira. Seu método consistiu na construção de uma árvore genealógica visando encontrar pistas das pessoas do diário, como inventários, assentos paroquiais de batismo, casamento censos antigos, registro de imposto da meia-siza e processos-crime. Neste estudo existe uma grande preocupação com a quantificação, ou seja, é centrada em medir os padrões coletivos de comportamento e a sua variação no tempo, um traço que podemos considerar próprio das mentalidades<sup>12</sup>. A finalidade é comparar a realidade visualizada em Campinas com as obras de caráter mais geral, procurando assim demonstrar realidades diferentes das análises estruturais.

Na Vila de São Carlos os africanos eram 70% da população cativa no ano de 1801. Anos depois muda o perfil do plantel e em 1846 apenas 57.8% era africano, o que demonstra um processo de transição da nacionalidade dos cativos. Com o fim do tráfico o crescimento populacional continuou, mas menor, através do tráfico interno. Nesse período Campinas investiu no café, o que solicitou mais mão-de-obra escrava. Assim em 1872 possuía 14000 escravos predominantemente crioulos. Quanto às taxas de nupcialidade constatou que a grande desproporção entre homens e mulheres colaborou para o entrave dos matrimônios. Para Florentino e Góes a mulher era requisitada como esposa assim que fosse fértil, pois eram escassas. Os homens mais velhos dominavam o mercado de mulheres férteis e os mais jovens uniam-se com as mais velhas. Rocha Miranda, entretanto, discorda, pois entende que em menor

<sup>11</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

<sup>12</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

número as mulheres tinham maior poder de barganha e escolhiam seus parceiros e, assim, se estas preferiam os mais velhos era devido a fatores de vantagem. O desenvolvimento do plantel ao longo de dezessete anos faz crescer a presença de crioulos e aumenta o número das pessoas ligadas pelo parentesco. A historiografia tradicional afirmava ser efêmero o relacionamento entre escravos, porém se utilizando das fontes a autora constatou que algumas uniões duravam, em geral, de 9 a 24 anos.

Camilo Xavier Bueno da Silveira nasce em 1811 e falece em 1871. Ao morrer, este proprietário deixou em seu inventário 271 escravos distribuídos em três sítios. Num primeiro momento, 14 das 34 famílias do inventário tiveram suas informações ampliadas. Nos registros de casamento de seus escravos encontram-se apenas 16 casais, apesar de número muito maior no inventário (43). A hipótese é que muitos casais tenham sido adquiridos já casados. Outro fator observado é que dos 16 casais encontrados nos registros de casamento, 15 se casaram em junho de 1868, o que leva a crer que a formalização das uniões era determinada pela vontade senhorial, casando-os aos grupos por questões de praticidade.

Na partilha entre herdeiros nenhuma família escrava foi esfacelada e em geral havia apenas uma divisão formal do espólio. Então, considera que a amostra de partilhas aleatórias não serve para avaliar estes fatos e ressalta o cruzamento das fontes para um mesmo grupo de cativos para evitar visões distorcidas, embora encontre alguns casos de separação de filhos e outros que foram libertados sob condições. Em alguns casos observou que depois da morte do capitão se optou por beneficiar núcleos familiares com alforrias e legados. Dessa forma, se a morte do senhor poderia trazer a ameaça de separação familiar, também trazia a esperança.

A idéia de estudar o compadrio e o casamento é perceber as expectativas em relações não adquiridas consanguinamente. O compadrio carrega a idéia de responsabilidade espiritual e material, mas alguns escravos preferiam estabelecer laços de compadrio com seus pares. Mas em geral os escravos que possuíam mais afilhados eram os de situação diferenciada no plantel e que adquiriram regalias. Assim, se nota uma tentativa dos cativos em conseguir melhores condições para manter seus laços horizontais.

No texto de Miranda Rocha ficam evidentes as diferenças regionais no estudo da escravidão. Porém estes métodos talvez sejam mais complexos de realizar numa análise estrutural, visto que não é possível considerar tantas peculiaridades, mas num estudo regional como neste caso em que aborda o plantel de Camillo Bueno da Silveira, o método aplicado demonstra ser bastante eficiente.

Uns dos grandes problemas dos que vêem nada mais do que “migalhas” nestes estudos é o *parti pris* doutrinário e dogmático que só admite como totalidades legítimas de serem estudadas temas ligados à história socioeconômica ou perspectivas que adotam *a priori* o determinismo econômico como único eixo aceitável da explicação histórica. (Vainfas, 2002, p. 49)

Na sua segunda produção sobre a família escrava, *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno no século XIX*<sup>13</sup>, Cristiany Miranda Rocha acompanha a formação e o desenvolvimento de famílias cativas ao longo de gerações nas fazendas de Campinas e recupera a história dos “desenraizados” que vieram para estas propriedades. A autora inicia descrevendo a trajetória de três famílias que se tornaram proprietárias em Campinas: Francisco de Camargo, Manuel Joaquim de Moraes e Souza Aranha. Após a morte do senhor, Rocha Miranda observou que no inventário de Francisco de Camargo nenhum casal legalmente constituído foi separado na partilha. O inventário de Manuel Joaquim de Moraes é aberto em 1883 e em geral os cativos não foram separados, apenas três moças. No inventário de Da. Maria Luiza de Souza Aranha nove escravos foram libertados durante a partilha, sendo que alguns sob condições de serviços, mas não foi separado nenhum casal escravo. Mesmo antes de 1820, a autora observa que havia uma tendência de preservar famílias cativas e que tal prática poderia servir de estímulo aos casamentos.

Quanto às estratégias de parentesco no cativo uma das mais freqüentes é o compadrio. Alguns também estabeleciam laços verticais e horizontais ao mesmo tempo. A autora observa que na família Souza Aranha os africanos recém-chegados possuíam apenas um padrinho imposto pelo senhor, que fazia um papel de guia na integração do trabalho na fazenda. Com os cativos de Manuel Joaquim de Moraes os padrinhos mais freqüentes foram os da

<sup>13</sup> ROCHA, Cristiany Miranda. *Gerações da Senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. Campinas, SP, 2004.

mesma fazenda. O compadrio parecia ser a porta de entrada dos forasteiros na integração com a família.

O casamento escravo para os homens adultos era mais difícil devido à desproporção de gênero, pois eram a maioria. Nas posses maiores as escravas contavam com mais chances de encontrar um parceiro e isto não gerou promiscuidade e sim relações formais. A questão dos filhos ilegítimos estava ligada à postura senhorial diante da oficialização das uniões, pois como dependiam do senhor para casar na igreja, não ocorria preocupação com a legitimação. O desejo dos recém-chegados em casar era tão fortemente manifestado que a autora registra uma relativa variedade de crimes passionais. A conclusão da pesquisa é que apesar de ser mais difícil para os “desenraizados” se casarem, alguns o conseguiram por meio de relações de compadrio e amizade. Conclui também que o crime era um evento masculino com 96%, sendo que 64% eram cativos de outras localidades. Quando a violência era contra escravos, os réus predominantes eram “desenraizados” e 50% dos crimes horizontais eram praticados também por estes, mas 30% eram africanos e 20% crioulos. Dos “desenraizados”, 82% cometeram crimes verticais, ou seja, atingiram mais a casa grande que a senzalas.

Ricardo F. Pirola em *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião etnicidade e família faz a reconstrução de um fato que conduz os assuntos a serem abordados*. O objetivo do seu trabalho é fazer a biografia de 32 indivíduos envolvidos num plano de rebelião tentando responder se existiria uma comunidade escrava homogênea, se os crioulos eram menos propensos a revoltas e se os casados e com funções especializadas eram avessos a rebeliões. Como fontes foram utilizadas o processo-crime de 1832; a correspondência entre autoridades; registros de casamentos escravos; assento de batismo; censos da Vila e inventários *pós-mortem* dos senhores envolvidos na trama.

Pirola começa narrando a chegada dos futuros proprietários em Campinas: em 1792, Floriano de Camargo Penteado e seu irmão Antônio de Camargo Penteado se estabeleceram no bairro Ponte Alta e trouxeram toda a família e escravos. Floriano era casado com Da. Paula Joaquina de Andrade, sem filhos e com oito escravos. Antônio tinha um casal de filhos e casado com Da. Ana de Campos Paes e sete cativos. Constituíram duas fazendas: Ponte Alta e Ponte Alta de Cima. Anteriormente a agricultura era de subsistência, mas depois da década de 90, a crise do açúcar em São Domingos contribuiu para alavancar a

produção em Campinas, o que causou um crescimento súbito da população, pois atraiu muitos proprietários e importação de escravos. Em 1812 Antonio de Camargo já havia falecido e Da. Ana cuidava do Engenho Ponte Alta, que prosperou bastante: tinha mais de 90 cativos em 1832. Floriano faleceu em 1838 e em 1832 tinha mais de 150 escravos e seis propriedades entre sítios e engenhos. O plano envolveu suas três grandes propriedades.

O coronel Luis Antonio de Souza Queiroz fundou duas propriedades em 1797. Tinha oito engenhos grandes e quase 500 escravos, mas os envolvidos foram 40 apenas. Em 1832 Luis Antonio já havia falecido e seus herdeiros administravam os bens. João Francisco de Andrade veio para Campinas em 1803 com sua esposa Da Ana Francisca Cardoza, sete filhos, cinco agregados e 14 escravos. Mais tarde chegou a ter 50 cativos. Morreu em 1830 e em 1832 sua mulher era a administradora, mas o plano se espalhou também para as propriedades dos seus filhos Antonio Francisco de Andrade e Theodoro Francisco de Andrade. Antônio Francisco se casou com Da Maria Bárbara de Campos e em 1832 possuíam mais de 40 cativos e produziam mais de 3000 arrobas de açúcar. Sua propriedade também era no bairro Ponte Alta. Theodoro se casou com Da Reginalda Rufina, sua sobrinha. Em 1832 tinha produção de 1000 arrobas de açúcar e por volta de 20 cativos, também na mesma região de seu pai. O plano também chegou às fazendas do genro de João, Antonio Correa Barboza e José da Cunha Paes Leme.

Antonio Correa chegou no começo do século XIX e se casou e fundou sua fazenda com sua esposa Da. Úrsula Francisca de Andrade. Em 1832 tinha mais de 100 escravos, dois engenhos e três fazendas. O outro genro José da Cunha chegou em 1808 para se casar com D<sup>a</sup> Ana Francisca de Andrade e em 1832 possuía mais de 30 escravos e produziu mais de 1000 arrobas. Joaquim José dos Santos, outro proprietário envolvido, chegou em 1805 e em 1832 possuía mais de 100 escravos. Salvador Bueno da Silveira chegou em 1817 com a esposa Da. Maria Leite, dois filhos e cinco escravos. Em 1832 tinha mais de 40 escravos e produzia 2000 arrobas de açúcar. Francisco Ignácio de Souza Queiroz instalou sua primeira fazenda em 1820. Em 1832 tinha quatro grandes engenhos e também mais de 250 escravos.

Em 1832 a vila tinha 9.245 habitantes sendo 5.087 escravos. A população cativa foi se tornando cada vez mais africana e com altas taxas de masculinidade. Assim, os dados de 1831-35 revelam maioria de africanos, do sexo masculino com idades entre 15-29 anos. O grande crescimento econômico trouxe o temor de insurreições

escravos. A correspondência trocada entre autoridades locais e o presidente da Província de São Paulo pede algumas medidas de controle. Em 1830 apresentou-se uma denúncia de que escravos estavam se munindo de armas de para uma revolta coletiva. Foram presos os libertos João Barbeiro e Ignácio Dominguez, acusados de liderança e os focos da rebelião identificados. Em 1831 foram tomadas medidas para proibir o porte de armas e ajuntamento de cativos. O sargento-mor Antonio Francisco de Andrade relatou como havia descoberto o plano. Ele observou que seus escravos desobedeciam mesmo sob castigos e saíam à noite para ter com outros cativos. Ao comentar o fato com seus irmãos todos confirmaram o mesmo comportamento e, então, desenvolveram a estratégia de interrogá-los simultaneamente a fim de evitar a desconfiança dos outros.

Foram descobertas 15 fazendas envolvidas, a maioria da região da Ponte Alta. Em cada propriedade havia um capitão que deveria arregar parceros e dinheiro. Os encontros eram noturnos e na fazenda de Da. Ana de Campos Paes. A liderança principal era Pai Diogo, de propriedade de Joaquim José dos Santos, que presidia as reuniões, era o tesoureiro principal e elaborava mezinhas que eram vendidas em troca de dinheiro ou armas para o movimento. As mezinhas tinham efeito de fechar o corpo dos escravos durante a revolta e tornar lento os inimigos. O dinheiro destas vendas seguia para João Barbeiro em São Paulo, através de um cativo tropeiro chamado Marcelino, da mesma fazenda de Diogo. João Barbeiro utilizava o dinheiro para comprar armas e munições e viria com outros cativos de São Paulo para Campinas para ampliar a rebelião. A data da eclosão seria no feriado de Páscoa, porém nem todos sabiam. João Barbeiro foi condenado como cabeça, mais nove escravos como capitães e 23 como revoltosos. O principal objetivo dos escravos era conseguir a liberdade e para isso observavam o momento político. O autor expõe vários estudos na historiografia que apontam boatos de que houvesse findado a escravidão e que os proprietários ocultavam o fato aos cativos.

A maioria dos envolvidos no plano chegou à Campinas em 1810 e apenas três eram da região, os outros do tráfico Atlântico. Grande parte veio do Congo norte, porém a designação “Congo” não significava um único povo assim como a designação Monjolo. Marisa Soares afirma que não é possível identificar com certeza a nação correspondente dos cativos. Porém, mesmo assim, estas identidades acabaram sendo incorporadas pelos escravos.

Nesse sentido os planos eram encabeçados por maioria dos provenientes de Congo norte. Os crioulos participaram com 10% do total de condenados, um número consideravelmente alto. Todos os cativos estavam pelo menos há sete anos em Campinas e a maioria há mais de dez. Conheciam a língua dos senhores e o cenário local, assim, pode-se concluir que apesar da vivência diferente não foram “aculturados”, ao contrário, usaram todo o conhecimento para o plano.

Ao levantar as ligações de parentescos das famílias dos envolvidos, o autor observa que o contato não foi instantâneo e que existia há muito tempo. Isto é observado através do compadrio entre escravos e também pelos laços com padrinhos livres. A maioria estava na faixa etária de 20 - 29 anos (63%), mas a participação de cativos com idade mais avançada constava um número importante (22%). A maioria dos condenados no processo-crime trabalhava nas lavouras e roçados das fazendas e apenas cinco possuíam profissão especializada. Apesar de soma menor é significativo que 15% exercessem trabalho especializado ou doméstico, pois ofereciam mais autonomia, mobilidade, chances de pecúlio e alternativas para trabalho em caso de liberdade. O tempo de permanência na fazenda era requisito para determinados cargos como o de administrador e dos engenhos. Portanto, é natural que estes escravos tivessem mais de 40 anos. As outras funções não exigiam tanto tempo de experiência. Mas como eles colaboravam com o plano? Os tropeiros possuíam mobilidade dentro da fazenda e região. O trabalho de cozinheiro facilitava acesso às notícias devido da Casa Grande. O ferreiro foi procurado para produzir armas. Com essas facilidades os escravos especializados foram os que mais se envolveram e aproveitavam as facilidades em benefício próprio e da comunidade.

Dentre os 33 condenados foi encontrado o estado civil de 22, sendo que 14 eram solteiros e oito casados. Quanto à nacionalidade o autor observa que Campinas não era conflituosa e o grande número de casamentos entre africanos é devido à alta concentração desses escravos nas fazendas da região. Em seguida seguem as uniões mistas e depois entre crioulos. Como a população crioula descendia diretamente da África, não resultou em divisões. Contudo o autor conclui que os laços de solidariedade não criaram paz nas senzalas, mas facilitaram a formação de um plano de revolta, mesmo entre os que faziam parte de um nicho privilegiado na fazenda, possuíam filhos e laços afetivos extensos. O líder da rebelião, João Barbeiro, ainda mantinha contato com seus companheiros cativos e

isto prova que o sentido de comunidade não unia apenas cativo, mas também libertos. Dessa forma, podemos perceber que os envolvidos nas rebeliões poderiam ser casados, ter posição privilegiada no plantel, laços de amizade e mesmo assim, enfrentarem a luta armada pela liberdade em detrimento de todas as formas de controle senhorial.

## Capítulo II: A liberdade

Neste capítulo encontram-se as análises que dão conta do tema da liberdade no sistema escravista em Campinas durante o século XIX. Iniciando nossa observação, procuramos entender a proposta de Oliveira Silva em *As estratégias de sedução: mulheres escravas apre(ende)ndo a liberdade (1850-188)* efetuada em 1999, que pretendeu resgatar o “processo educativo” informal que existiu na luta pela liberdade das mulheres escravas através dos meios jurídicos. Este aprendizado a que se refere ocorria constantemente nas reinterpretações das ações do Tribunal Judiciário de Campinas, ou seja, ao entrar com uma ação de liberdade no tribunal a mulher escrava estaria aprendendo e apreendendo a liberdade. Nesse sentido levanta as possibilidades de resistência para entender a ação educativa que as práticas jurídicas estimulavam e localiza o caráter educativo nas práticas políticas entre senhores e escravas.

Oliveira Silva tenta absorver a proposta da Nova História para perceber relações e experiências, pois conclui que as orientações teóricas atuais apontam para estudos que resgatam a singularidades de cada processo histórico. Possivelmente a autora se refere às tendências advindas das mentalidades, da história cultural, da Nova História e da Micro-história. Se em alguns momentos percebemos alguma confusão teórica em sua obra, esta advém do fato destas inovações terem chegado todas juntas no Brasil, devido ao nosso atraso de dez ou quinze anos.<sup>14</sup> Talvez por conta destes desacertos teóricos encontremos junto com as fontes tradicionais deste trabalho, como processos judiciais, o uso de literatura do século XIX e fatos advindos de depoimentos orais<sup>15</sup>. Porém em momento algum a autora problematiza o uso deste tipo de fonte, o que deixa sua abordagem teórica um tanto “frouxa”, pois não oferece critérios sólidos para o uso deste tipo de fonte.

Uma das formas de se chegar à liberdade era através de processo judicial, como a ação de liberdade, um processo para a compra da alforria do escravo com preço acordado entre as partes, por litígio ou determinado por avaliador. Também outras formas geraram liberdade como inventários, justificativas, ações de paternidades entre outras. A maioria das ações envolvia pagamento de pecúlio. As pessoas que se relacionavam amigavelmente com os escravos tinham grande importância no pleito da liberdade e as escravas pareciam compreender bem esta relação. Assim, nestas ações a autora localiza um aprendizado para a luta da liberdade e a criação de regras próprias e de uso comum, tanto que em muitas ações as cativas se depreciavam para conseguir um valor mais baixo, ou seja, agem de forma consciente e estratégica.

Um “bom” escravo poderia conseguir alforria diante de prestação de serviços, mas os senhores se queixavam de que mudada sua condição estes se tornavam “maus” escravos, pois ao senhor era difícil entender que este não era mais sua propriedade. Mesmo atitudes de uma “má” escrava poderiam conduzir à liberdade, pois o proprietário querendo se desfazer da escrava a libertava, claro que era uma conquista dolorosa, pois era carregada de castigos físicos. Desse modo, a autora entende que as ações foram educativas para ambos, pois o senhor também tinha que aprender a nova posição do liberto. O resultado deste trabalho deixa muitas questões, pois na introdução a autora diz tratar das tradições culturais, mas não o faz no corpo do texto, possivelmente a falta de definição dos conceitos não tenha fornecidos subsídios para o leitor compreender o que deve ser entendido como “tradição cultural”.

Publicado em 1996, *A Conquista da Liberdade*, de Regina Célia Xavier, também trata das formas de se conseguir a liberdade do cativo, na cidade de Campinas durante o século XIX. A autora pretende se voltar para o particular e observar de forma não homogênea os libertos com a abordagem da História Social. Suas fontes são as ações de liberdade de 1870 a 1888, os testamentos de 1887 a 1900, a documentação civil, os inventários, as ações de cobrança de dívidas, justificações cíveis, processos de divórcio, cruzados com documentos da municipalidade, livros de impostos, moradia, documentos administrativos da Câmara, jornais e livros de memorialistas. Xavier procura seguir o rastro de personagens, mas sem abandonar o

<sup>14</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

<sup>15</sup> Na página 37 a autora faz referência ao livro de Bernardo Guimarães *A Escrava Isaura* e de Aluísio de Azevedo, *O cortiço*; na página 59 apresenta conclusões decorrentes de depoimento oral de filhos de ex-escravos colhido num encontro de ferroviários aposentados pela mesma.

estudo das estruturas, pois a partir do particular que se delinea o processo histórico mais geral.

O estudo quer entender quem era o liberto, como se definia sua liberdade e como era vivenciada. Faz uso de muitas análises quantitativas para formular suas hipóteses, pois em toda a discussão propõem possibilidades alternativas no qual associa peso causal<sup>16</sup>. Inicialmente a autora indica que são poucas as ações que se enquadram na lei de 1831<sup>17</sup>, devido à dificuldade de se provar a ilegalidade no país. Dentre as formas de obter liberdade, localiza a lei de 1971<sup>18</sup> e a Lei dos Ingênuos, que deveriam receber tutela até os oito anos de idade e seguirem livres. Havia também o Fundo de Emancipação com função de cobrir a indenização e assim os cativos faziam depósitos na coletoria para acumular pecúlio. O pagamento também poderia ser feito sem intermediação do Fundo e esta foi a forma mais eficiente e que garantiu mais liberdades. Mesmo os que já eram libertos precisavam recorrer à justiça, pois ainda havia a necessidade de reafirmar a liberdade regularmente, pois nem sempre era reconhecida. Alguns buscavam sua liberdade na justiça quando possuíam algum vínculo de parentesco com o senhor. Há casos em que senhores transmitiam a alforria junto com algum benefício, uma obrigação moral paternalista, mas havia espaço para a afetividade também. As mulheres libertas eram consideradas frágeis e corrompíveis, então deveriam ser educadas para a liberdade. A liberdade era uma questão política confirmada pela luta cotidiana do liberto pelo seu reconhecimento dentro da sociedade.

Para acumular pecúlio alguns vendiam no comércio urbano, porém precisavam de autorização do senhor. No meio rural trabalhavam como capitães do mato, plantando, criando e vendendo excedentes para acumularem algum dinheiro. Os alugados retinham algum ganho ou gratificação por trabalhos extras e aos domingos. Como sempre permanecia o desejo de domínio, há vários exemplos de contratos entre senhor e liberto com o intuito de se manter ainda o trabalho não-remunerado por um tempo determinado mesmo depois de adquirida a alforria. Xavier, por fim, pretende demonstrar que houve mudança na vida dos negros, que não houve continuidade, mesmo diante da resistência senhorial de manter o sistema escravista.

Ingressamos também nesta divisão temática a obra *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*<sup>19</sup>, da mesma autora: Regina Célia Xavier, pois também aborda a mesma temática para retratar a vida de um personagem, o Mestre Tito. Entretanto, como a autora utiliza a vida deste personagem central, termina por perpassar em várias temáticas acerca da escravidão. Baseia-se em Ginzburg, que ressalta as possibilidades analíticas através da abordagem de um nome próprio conduzindo a investigação. Nesse sentido recebe influências da micro-história, pois sua abordagem diz respeito ao sujeito, mas é o historiador que determina a sua amplitude analítica, os objetos e os conflitos dos agentes anônimos<sup>20</sup>. As fontes utilizadas foram livros de memorialistas e fontes primárias.

Xavier encontra registros de Tito, pela primeira vez, em 1829, com 11 anos morando na vila de São Carlos com o senhor Floriano de Camargo Penteado. Veio com o tráfico transatlântico e declarou ter os pais já falecidos. Em 1830 as autoridades da província são avisadas de um plano de rebelião planejado por escravos, isto preocupava muito a vila, pois neste período a cidade contava com 57, 7% de habitantes cativos e a grande questão era como dominar esta população crescente e organizar uma força repressiva. A igreja incentivava a confissão de pecados nas festas religiosas, então é provável que algum escravo quisesse proteger sua alma às vésperas do levante e contou o segredo ao pároco, que revelou os planos às autoridades. Mas qual era o comprometimento destes religiosos com seus paroquianos, escravos ou não? São inúmeras as observações que a autora demonstra que um pároco devia cumprir, mas o pároco tinha sua vida mesclada à igreja e à política de São Carlos. Diante da complexa relação entre uma sociedade que se mantinha através dos engenhos de açúcar e da relação com a Igreja é possível entender a atitude do vigário, porém não se pode generalizar esta reação da Igreja no Brasil.

Tito em 1832, com 14 anos, era do trabalho doméstico, mas não se envolveu na devassa. Mais tarde se transforma em pajem de Floriano de Camargo, uma posição de prestígio, mas melindrosa, pois não poderia parecer um braço aliado do senhor em detrimento de seus

<sup>16</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

<sup>17</sup> Lei que declara livres todos os cativos vindos de fora do Império e impõe penas aos seus importadores.

<sup>18</sup> A lei nº 2.040, popularmente conhecida na História do Brasil como Lei Visconde do Rio Branco ou melhor ainda como Lei do Ventre Livre, foi promulgada a 28 de Setembro de 1871.

<sup>19</sup> XAVIER, Regina Célia. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Campinas, SP, 2002.

<sup>20</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas Anônimos da História*. Ver. P. 121.

companheiros. Em 1838 morre Floriano de Camargo e sua esposa Delfina de Camargo Andrade herda Tito. Tempos depois ele se casou com Joana e teve uma filha de nome Gabriela. Tendo em vista a grande desproporção de gênero e as mulheres mais poder de barganha, Tito teve sorte em se casar ainda com 20 anos de idade. Em 1842 com a transformação da vila em cidade, a transformação da riqueza do açúcar na riqueza do café, os cativos passaram a ser ainda mais vigiados. As pressões da Inglaterra pareciam inflamar mais as sublevações. Tito, em 1865, ofereceu uma indenização a sua senhora e ela aceitou, assim, ele libertou a si e a esposa por 2:900 mil réis e adotou o nome de seus senhores. Difícil saber como juntaram dinheiro, mas Jolumá Brito afirma que faziam cestos para vender e que Tito era curandeiro.

A autora ainda narra uma intenção de revolta em 1871 que foi abafada numa festa católica quando o padre dá a entender que soubesse do levante, o que amedrontou a liderança fazendo desistir do plano. Eles pretendiam provocar um incêndio chamando a atenção do povo com o fim de entrar nas casas das famílias e matá-las, poupando apenas as estimadas pela bondade, sendo a mais prestigiosa a que governaria o município. Xavier cita nomes que o padre gritou: Vespasiano, Tibério e Tito. Vespasiano era branco, tropeiro e tinha mobilidade e influência entre os cativos. Tibério é presumido como um preto. Tito foi descrito como um preto muito estimado na cidade e era barbeiro. O fato de ser pajem de seu senhor tornava Tito um escravo de confiança, porém isto não o impedia de alianças com a resistência. Sua posição dava trânsito facilitado entre os escravos, assim como o fato de ser barbeiro e curandeiro, o que pode explicar porque algumas pessoas acreditaram que ele fosse o chefe da rebelião.

Havia um vínculo importante entre religião e revolta, entretanto os senhores lidavam com dualidade na questão da religiosidade, pois se em alguns momentos impediam os batuques com receio de ajuntamentos também os permitiam como forma de controlá-los. Existem aproximações nos sistemas religiosos africanos e europeus, e nesse sentido, os cativos conservaram sua própria cosmologia sendo sinceramente cristãos, mas sem ruptura de suas crenças. No século XIX o bispado de São Paulo pretendeu reafirmar a igreja como poder espiritual e também autônomo em relação ao governo imperial. Para tal propósito passou a afirmar uma imagem imaculada, o que implicava em proibição dos divertimentos profanos. Porém a celebração de festas religiosas era feita pela própria população assim como a construção de capelas e igrejas,

principalmente nas localidades pobres. Com a precariedade do cemitério dos pretos, a municipalidade permitiu a construção de um novo no terreno ao lado da igreja, mas a população temia que a abertura de sepulturas na igreja matriz causasse epidemias, e assim pediam que a Câmara deliberasse pela benzedura de outro cemitério para os escravos. Contudo, como o cemitério disponível naquele momento estava em situação precária, se preferiu revogar ao presidente da província que autorizasse o enterro nas igrejas até estar pronto o novo cemitério. Em 1855 o parecer de higiene determinou que se fechasse o cemitério dos pretos e só enterrassem no dos brancos, visto as condições drásticas. Situações assim demonstravam as dificuldades da população em lidar com a Igreja e o Estado, por isso formaram irmandades negras para não ficarem desamparados frente a estas políticas e assim dar assistência espiritual e cuidar dos seus mortos, como fez a irmandade de São Benedito. Mas para existir as irmandades precisavam ter autorização do bispado, licença do Ministro do Império da Corte ou dos respectivos Presidentes de Província. Nas primeiras décadas do século a Irmandade de São Benedito se manteve na clandestinidade, talvez por não poder custear os valores da legalidade ou para escapar do controle das autoridades. Somente em 1835 a irmandade requereu à Câmara a concessão de terrenos devolutos para construir a igreja. Os irmãos trabalhavam aos domingos e dias santos para erigi-la, porém não se sabe se esta realmente chegou a ser parcialmente construída. Em 1866 sob a liderança de Tito de Camargo Andrade, os irmãos optaram em reestruturar uma antiga capela, do Cônego Melchior, que ficava no cemitério, mas estava abandonada.

São Benedito e Santa Ifigênia tinham grande apelo à população escrava por serem também negros ou escravos. Para alcançar a salvação era preciso ser como Benedito: a submissão da fé implicava em disciplinamento das condutas em submissão social. Tito faz a promessa ao santo de que caso não contraísse a doença que assolava a cidade dedicaria sua vida a obter meios de se construir a igreja. Em 1870, Campinas sofreu uma terrível epidemia de febre amarela que obrigou o abandono da cidade para regiões vizinhas, mas realmente ela foi devastadora em 1889, com ocorrências em 1892 e 1897. O que transformou a cidade num pálio de competições entre boticários, médicos, curandeiros e homeopatas. Ricardo Gumbleton Daunt reclamava uma postura adotada em 1845 no qual só os médicos diplomados poderiam exercer a profissão de tratar doentes. Sua preocupação era de que a epidemia se alastrasse com tratamentos ineficazes. Embora a

preferência da população por curandeiros pudesse ser explicada pelas diferenças sociais e econômicas, pois estes eram mais acessíveis.

A igreja se via no conflito entre cristianizar e disciplinar os africanos, porém se conflitava nas diferenças sociais, pois estas deveriam ser estabelecidas para não ferir jurisdições, pois era preciso afirmar o lugar de cada indivíduo socialmente. O escravo não era considerado pessoa jurídica e mesmo na irmandade dos pretos eles não poderiam ocupar cargos. Contudo os procuradores que exerciam os cargos na Irmandade de São Benedito não eram idôneos. Para a Irmandade era importante manter forte a devoção, cumprir as obrigações pias, se obrigarem no atendimento médico, nas missas a seus mortos e vivos.

Em 1871 se fez a última festa a São Benedito, visto que foi num período de grandes medos de insurreições e talvez por este motivo, Tito passasse a se empenhar somente na construção da capela. Mas devido aos atos de corrupção do padre Souza e Oliveira, que dirigia a irmandade, o clero passou a participar mais da construção da capela. Nos idos de 1877 são organizados espetáculos de pompa no Teatro São Carlos para beneficiar a construção. A irmandade depois disto começa a cair progressivamente e entrar numa fase de ostracismo, mas Tito continuava empenhado no projeto e se alia às pessoas da elite para realizar “grandes eventos” e leilões. Tito adoece em 1880 e morre em 29 de Janeiro de 1882 pedindo para ser sepultado na Igreja. Em 1883 Daunt e o padre Luis Colangelo unem-se a Francisco Sales e formam uma comissão para o término. A igreja é inaugurada 12 de outubro de 1885, mas a irmandade é dissolvida em 1906. Oitenta anos depois, Edmo Goulart e Padre Machadinho conseguiram que os restos mortais de Tito fossem sepultados na igreja. Para a autora, apesar das críticas de que Tito se aproximou do mundo dos brancos em detrimento dos irmãos da São Benedito, ele nunca se separou destes e, talvez por isto, sua trajetória tenha simbolizado a luta dos negros contra a opressão religiosa e social.

### Capítulo III: Escravidão urbana

A obra representativa da escravidão urbana em Campinas é a de Mário Danieli Neto *A escravidão urbana em Campinas: a dinâmica histórica e econômica do*

*trabalho escravo no município em crescimento (1850-1888)*<sup>21</sup>. Com a pesquisa de fontes empíricas, procura refletir acerca dos problemas que envolvem a prática do trabalho escravo, tais como: a necessidade de serviços, as funções executadas pelos escravos urbanos, as práticas cotidianas e seu relacionamento com a população livre e com o comércio. Em 1850, Campinas está na crise do regime escravista, mas também em expansão econômica. Para o autor, encerrar o trabalho em 1888 se justifica pela abolição da escravidão e a transição para o trabalho livre. Suas fontes são os jornais “A gazeta de Campinas” e “O Constitucional”, inventários, lista de matrículas de escravos, livros de impostos de compra e venda posturas, editais, correspondências e ações de liberdade de escravos do Tribunal de Justiça de Campinas.

Em geral a escravidão urbana contava com poucos indivíduos que poderiam trabalhar para seu senhor como ser alugado por ele. Havia, nesse sentido, a constante preocupação em manter a vigilância sobre estes escravos. Na cidade era possível constituir mais formas de sociabilidade, principalmente dentro da religião firmando laços de classe e cor. Os escravos de aluguel exerciam as atividades de lavadeira, cozinheira, pedreiros, ferreiro, amade-leite, e em geral, eram oferecidos em jornais. O escravo de ganho existia apenas na cidade e executava trabalhos variados, como olhar crianças e vender quitandas, mas no fim do dia entregava o valor estipulado pelo seu dono ficando com o restante, se o houvesse. Era uma chance de conseguir acumular pecúlio, porém o pagamento era ínfimo e exigia horas extenuantes de trabalho. Os escravos domésticos trabalhavam na residência do senhor, mas poderiam também ser alugados.

Danieli trabalha como cerne de sua pesquisa a contradição entre a escravidão, uma instituição arcaica, que coexiste com a modernidade durante algum tempo. Diferentemente de autores como Cristiany Miranda Rocha e Regina Célia Xavier, propõe uma análise mais estrutural para pensar a escravidão urbana e talvez por isso, não se fie muito em análises quantitativas. Nesse sentido suas hipóteses procuram estar mais próximas de uma representação realista, ou seja, sem maiores possibilidades alternativas<sup>22</sup>. Após o fim tráfico Campinas ainda recebe muitos cativos decorrentes do território interno, a cidade ainda se encontrava muito apegada à escravidão e arrastando uma instituição já agonizante até 1888.

<sup>21</sup> NETO. Mário Danieli. *A escravidão urbana em Campinas*. Campinas, SP, 2001.

<sup>22</sup> CARDOSO. Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense. 1981. Segundo Cardoso, as pesquisas históricas podem ser isomórficas, ou seja, pretender construir uma representação realista, mesmo simplificada do processo estudado.

Com as riquezas geradas pela lavoura cafeeira surgem as atividades especializadas como indústrias de maquinarias, transporte e atividade comercial de produção de bens de consumo. Mudam os hábitos de consumo da população e a movimentação na cidade trouxe a necessidade, em 1864, da criação do Código de Posturas, que visava organizar e assear o espaço urbano. O autor evidencia também a importância da ferrovia, a introdução dos bondes desde 1879, iluminação a gás em 1875, telefonia em 1874, ampliação da rede bancária e financiamentos da iniciativa privada. Porém esta pequena indústria formou-se em torno do complexo cafeeiro e esta contradição, provocou muitas tensões.

Na cidade havia trabalho para todo tipo de idade e muitos eram utilizados para vender produtos de seus locatários e proprietários. Os escravos também eram utilizados nas obras públicas e, assim, estes tinham uma oportunidade de se especializarem e os senhores de ganhar dinheiro seguro nos aluguéis. A transformação da cidade durante o século XIX trouxe uma crise grave, pois a falta de infra-estrutura permitiu o surgimento e agravamento da febre-amarela e, dessa forma, o autor percebe que a escravidão impedia o avanço econômico em grande parte do país. A impressão que fica da proposta de Danieli Neto é que todo o processo de urbanização que ocorre na cidade vai desencadear na crise do regime escravista, como se já estivesse selado de antemão o desfecho: regime escravista em coexistência com a modernidade, desencadeia em uma crise que abre o surgimento de um novo momento na história.

## Capítulo V: Discriminações Raciais

Estudar o racismo numa perspectiva histórica é o que pretende Cleber Maciel<sup>23</sup> em sua obra, de 1997, que estuda a Campinas do século XIX. Sua principal questão é entender como os negros se defrontaram no processo social depois da Libertação. Porém sua periodização vai até 1926, que é o momento no qual já estava definida uma política econômica e social e já se havia cessado o fim da luta por liberdade sem restrições. Maciel trabalha com jornais da imprensa negra do período, como *O Getulino* e também o *Jornal de Campinas*.

Para este trabalho, o preconceito está sendo entendido como uma forma de pensar os negros tendo como princípio idéias apriorísticas que lhes atribuem qualidades negativas. A discriminação é entendida como a ação prática discriminadora ocorrida com fundamento nos princípios preconceituosos, mas não assim justificada. O racismo é entendido como a discriminação racial declarada e/ou institucionalizada através de práticas sociais aceitas pelos costumes e leis. (MACIEL, 1997, P.30.)

Maciel afirma que a prática racista ocorre ao mesmo tempo em que é negada, então, procura estar atento às evidências de dissimulação. Sua primeira hipótese é que quanto maior a liberdade maior também o racismo e mais, atenta que este surge apenas com o fim da escravidão. A segunda está na transferência da mão de obra rural dos negros para os brancos imigrantes, ou seja, o negro é excluído do trabalho remunerado. A terceira está na idéia de que havia um ideal de branqueamento entre os próprios negros. A quarta indica que os processos reivindicatórios dos negros não eram associados aos dos brancos, o que resulta em reivindicações específicas de caráter racial. A quinta hipótese é de que havia violência no processo de exclusão dos negros no resultado da produção social. E a sexta, que todas as manifestações culturais eram restringidas.

Com a crescente urbanização, a aquisição de hábitos de saúde e higiene a consequência foi uma alta no custo de vida e o fechamento de cortiços que constituíam a residência da população pobre. Junto a isto, a economia estava em expansão, porém os negros não usufruíam destes bens. Tanto na imprensa branca quanto na negra, Maciel procura comparar as designações do negro e conclui que a expressão preto, mulato e pardo indicava uma conotação ruim e que ex-escravo, liberto, homem de cor, eram designações positivas.

Maciel ainda encontra uma pequena elite negra, um grupo de “homens de cor”, sociedades de auxílio, sociedades educativas, culturais, de beneficência, filantropia com fins variados. A partir destes meios as comemorações do 13 de maio foram usadas pelos dominantes para reafirmar a história oficial e, assim, a data

<sup>23</sup> MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. Coleção Campiniana v. 1.

conquistou pouca penetração no meio negro mais pobre. Somente depois de 1900 os negros começam a enxergar a necessidade de organização de seus direitos. Mesmo no processo religioso a irmandade de São Benedito era uma forma de introduzir a ideologia do branco como meta do negro, o que garantiu a permissão legal para sua existência. Depois de 1888 as autoridades tentam bloquear libertos desempregados nas áreas centrais, com grande vigilância e repressão. A polícia era composta de maioria negra, pois era uma forma de ter emprego e ao mesmo tempo adquirir autoridade. Mesmo assim se prendiam suspeitos baseados na cor. A violência como solução dos problemas foi incutida na vida dos negros, prova disso é o grande número de infanticídios causado pela falta perspectivas. A maioria que o praticava eram ex-escravos, mulheres solteiras e pobres, que possivelmente matavam por medo do ciclo de sofrimento.

Maciel abrange os pontos que se propõe a estudar, porém causa uma sensação em seu livro que pode soar equivocada. A cada página, a seleção de fatos de extrema violência, seja física ou psicológica é colocada de uma forma tão condensada que dá a impressão ao leitor de uma cidade extremamente violenta. Que a prática racista era institucionalizada e presente, não se deve discutir, porém, a narração e afirmação de práticas extremas de racismo sucessivamente, transformam o cenário do que se pretende reconstituir causando uma imagem distorcida dos fatos.

## Considerações Finais

Ao todo, no que se refere ao tema “escravidão” foram analisadas nove teses. Um volume considerável, pois no levantamento geral encontramos mais ou menos vinte e oito produções acadêmicas de temáticas variadas somente sobre Campinas do período de 1990 a 2005. Então, se pensarmos a partir da origem da pós-graduação no Brasil, ainda contamos com um valor maior de teses especificamente sobre este recorte. Todas as teses aqui apresentadas são produções da Universidade de Campinas, o que seria esperado, afinal além de possuir vínculo com a cidade por ser o cerne da história regional do município que a acolhe, a Universidade oferece um número substancial de vagas para os cursos de pós-graduação e doutorado. Nesse sentido, apesar de haver obras sobre Campinas na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual Paulista, no que tange ao tema “escravidão”, somente foi possível verificá-las na

UNICAMP. O menor grau de especialização encontrado nestas teses foi o de pós-graduação sendo também maioria na questão quantitativa.

Em todas as obras percebemos que inicialmente o autor faz um balanço historiográfico bastante completo, já de imediato informando ao leitor todo o debate que decorre da questão que pretende analisar, os autores que converge ou discorda e como pretende colaborar com a discussão. Anteriormente percebemos que este tipo informação constava apenas no corpo do trabalho, porém agora se tornou habitual promover o debate historiográfico logo no primeiro capítulo ou na introdução.

Possivelmente por Campinas ter tido o seu auge econômico ao longo do século XIX e também por obter uma coleção maior de documentos deste século, os períodos mais privilegiados são recortes que abrangem todo o século ou então a partir de 1850. Apenas a obra de Cleber Maciel extrapola para o século XX, pois devido ao autor ter estudado o racismo, este passou a existir apenas pós-abolição, como considera. As linhas mais recorrentes são os estudos de História Social, porém contamos também com dois estudos de gênero, no caso o trabalho de Regina Célia Xavier e de Lúcia Helena Oliveira Silva, que investigam a escravidão a partir da história das mulheres.

O mais importante é registrar, no entanto, que o culturalismo de Thompson segue influenciando a maior parte das obras, ou seja, ainda é uma tendência que mantém sua força nesta temática. Também percebemos influências também da Nova História e da micro-história nos trabalhos de Xavier e Oliveira Silva. Em geral estas obras se propõem a reconstituir de maneira minuciosa os dados documentais retomando a história do particular, que não é observada em abordagens generalizantes. Deste modo, assim como no Brasil, as obras de história social da cultura também dominam o estudo regional sobre Campinas, ao menos no que se refere a esta temática. E, como não poderia deixar de ser, é muito maior também a influência da antropologia e das ciências sociais, o que vem a enriquecer ainda mais esta produção.

Como observou Fernando Novais, as obras acadêmicas possuem um engajamento sutil, que dá trabalho de verificar, visto que se encontra cada vez mais camuflado, principalmente em obras de reconstituições microestruturais. Algumas deixam mais evidentes seu caráter ideológico, como a obra Cleber Maciel que se inflama diante do racismo da sociedade pós-escravista. Entretanto, observamos uma tendência quase que geral em aflorar a subjetividade do escravo e sua resistência

diante do sistema. Apesar de todo o debate em torno da dicotomia resistência/acomodação, ainda nos parece difícil dizer que há um equilíbrio, pois a busca pelo particular, por histórias que fogem ao comum do cotidiano termina por ressaltar o caráter persuasivo sutil do cativo.

Alguns autores, como Gorender, entendem ser esta uma postura reacionária diante do sofrimento alheio, como nesta passagem a que se refere à historiadora Sílvia Lara, que orienta e participa da banca de aprovação de duas teses de doutorado aqui analisadas.

*Campos da Violência* livro de Sílvia Hunold Lara, é representativo do foco mais ativo das novas tendências reacionárias – o Departamento de História da Unicamp. Advirto que não tenho em vista o conjunto do Departamento, do qual faz parte professores sem conexão com as tendências objeto da minha crítica. (Gorender, 1990, p. 22)

Não é fácil chegar a conclusões definitivas sobre o engajamento sutil dentro da temática da escravidão, então termino esta etapa com a citação acima para incitar este debate, porém apenas com a conclusão das outras etapas de trabalho talvez consigamos tecer considerações definitivas a este respeito. Entretanto, vale lembrar que Novais alertava que toda a produção acadêmica está em conexão com seu próprio tempo, seu próprio contexto, então se existe uma onda reacionária que se nega a olhar o coletivo e sim valorizar o individualismo, esta tendência é geral e não advém apenas da universidade.

### Referências Bibliográficas

ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e libertos*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. 107p. Coleção Campiniana, v. 11.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. Coleção Campiniana v. 1

NETO. Mário Danieli. *A escravidão urbana em Campinas*. Campinas, SP, 2001.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2005.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. Campinas, SP, 2005.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. Campinas [SP: s.n.], 1999.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. Campinas [SP: s.n.], 1999.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *As estratégias de sedução: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade (1850-188)*. Campinas [s.n.], 1999.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

XAVIER, Regina Célia. *A conquista da liberdade*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. Coleção Campiniana v.6.

XAVIER, Regina Célia. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Campinas, SP, 2002.

